

POR UMA IDENTIDADE CULTURAL CATARINENSE

Eunaldo Verdi *

A questão cultural em Santa Catarina vem sendo tratada, cada vez com maior ênfase, de forma a negar a existência de manifestações culturais tipicamente catarinenses, capazes de nos diferenciar dos demais estados brasileiros. A par disto, vários setores da cultura, mormente artistas e intelectuais, tentam esboçar uma campanha visando a alcançar nossa caracterização cultural e que, ultimamente, tem resultado numa política que se define pela busca da "identidade cultural catarinense", levada a efeito pelo atual governo.

Esta política passou a ser a tônica do discurso oficial e vem sendo difundida por várias entidades e alguns intelectuais mais próximos do poder estadual. Diversas medidas já foram tomadas em seu nome, entre elas, talvez a mais importante, a criação da Fundação Catarinense de Cultura que, estando alicerçada ideologicamente por aquele discurso, passou a ser, igualmente, a principal ponta-de-lança da sua implantação e difusão no Estado.

Ao mesmo tempo que este discurso serve para justificar uma série de atos praticados por este governo em nome da cultura, parece destinado, de agora em diante, a servir de propaganda eleitoral de candidatos à sua sucessão. Ainda recentemente, em debate pela TV, um dos candidatos mais fortes do partido oficial, quando interpelado sobre a questão cultural, defendeu a tese da falta de uma identidade cultural catarinense, numa clara demonstração de que toda uma fase de consolidação deste discurso ideológico não tem sido em vão, visto estar plenamente elaborado e a serviço dos grupos instalados no poder em nosso Estado. A busca desta identidade passa a ser, então, o objetivo primeiro do governo e seus pretendentes, bem como de uma gama de instituições ligadas à área cultural. Assim, não só a Fundação Catarinense de Cultura, mas a Secretaria de Educação do Estado, a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo a UFSC, a UDESC, etc., passaram a ser os seus defensores e difusores.

O objetivo deste artigo, portanto, é o de, primeiramente, analisar o verdadeiro sentido deste discurso em moda entre as pessoas diretamente responsáveis pelos destinos da cultura neste Estado. Caberá certamente, aí, toda uma discussão do que venha a ser o problema da identidade cultural e como ela se manifesta efetivamente. Finalmente, apontar alguns caminhos alternativos desta busca. Uma restrição, porém, poderá vir a ser o grande defeito deste trabalho: por questão de afinidades, esta análise se voltará mais para a área da literatura, em detrimento de outras de igual importância. Contudo, espero que as idéias aqui expostas sirvam igualmente a todas as áreas da cultura.

* Poeta. Aluno de Pós-Graduação em Literatura Brasileira — UFSC.

Que é Identidade Cultural Catarinense?

Em primeiro lugar, vale ressaltar que esta política de busca da "identidade cultural catarinense" não é criação nossa. Ela repete basicamente as idéias contidas na "Política Nacional de Cultura", elaborada durante a gestão do ministro da Educação e Cultura, Ney Braga. Por sua vez, a referida política nacional traz de volta ao cenário cultural brasileiro velhos conteúdos programáticos, em sua maioria de cunho indistintamente fascista. A única inovação é quanto à terminologia empregada, principalmente quando define o que vem a ser "homem brasileiro", "preservação da memória nacional", "procura e descoberta de nossa identidade", "ampliação do mercado consumidor para a produção cultural elaborada no país", etc.

O mérito maior destas definições parece ter sido o de realimentar o interesse pela questão cultural, isca infalível para atrair uma parte significativa de artistas e intelectuais, levando-os a colaborar com o governo e sua prática de repressão às "autênticas" manifestações culturais brasileiras.

Poderíamos ir mais fundo nesta análise, mas não é da política nacional que estamos tratando aqui. Uma vez identificada a relação entre esta e a política estadual, convém atermo-nos mais detalhadamente na última, a fim de detectar-mos suas origens, seus significados e seus mecanismos, sendo quase provável a coincidência de conclusões.

A tônica geral sempre tem sido a de que não possuímos uma identidade cultural própria, "um bloco de valores que se pudesse jogar para fora como representativo do estado", assim como, por exemplo, "o Rio Grande do Sul conseguiu historicamente se individualizar a tal ponto que criou determinados valores que os seus escritores assimilaram e apresentaram na sua obra" (Flávio José Cardozo — *Dejterro* n.º 2, outubro/76).

De saída, é difícil aceitar a idéia de que somos um Estado sem identidade própria, ainda que isto possa parecer bairrismo. Se bem que a não aceitação dessa idéia está mais ligada à não aceitação do conceito de identidade cultural normalmente empregado. Pode até ser verdade que não conhecemos devidamente nossa identidade cultural, mas conhecê-la significa, antes de tudo, sermos capazes de identificá-la concretamente em suas múltiplas manifestações. As expressões do tipo "arquipélago cultural", "caleidoscópio cultural", etc., querendo expressar esta multiplicidade de manifestações culturais em nosso Estado, são usadas de maneira inadequada, denunciando uma incapacidade no trato daquela questão. Esta multiplicidade, pasmem!, é vista não como uma riqueza, como algo de muito positivo na nossa cultura, mas como um problema, porque dificulta traçar "um perfil do homem catarinense", o qual fosse uma espécie de síntese de nossa cultura.

O que fazer diante de uma realidade assim complexa parece ter sido o grande dilema dos principais responsáveis pela cultura em nosso Estado. E as soluções têm sido as mais variadas. João Nicolau Carvalho, superintendente da FCC, por exemplo, acha que "primeiro nós temos que verificar se há uma iden-

tidade catarinense". E assegura que já está sendo feito um trabalho no sentido de descobrir "a verdadeira identidade do catarinense e, a partir daí, estabelecer todo um processo de trabalho em função das características de cada região". Celestino Sachet, presidente da Academia Catarinense de Letras, acha que o que está faltando mesmo é um conceito de cultura em Santa Catarina. "Temos que descobrir primeiro o conceito", assegura ele. Ricardo Hoffmann, do Departamento de Assuntos Culturais de UFSC, não se sente nada à vontade para fazer qualquer trabalho sem antes fazer um "mapeamento cultural de Santa Catarina." "Fotografar o capital cultural (sic) e veiculá-lo adequadamente", eis a sua proposta concreta (*O Estado*, 24/08/80).

Como se vê, a existência de uma identidade cultural catarinense depende tão-somente do estabelecimento de critérios apriorísticos. Essa identidade não é algo que exista independente de determinados conceitos, como se as atividades culturais pudessem existir independentemente da vida material das pessoas. Para camuflar esta verdade é que se joga com conceitos um tanto quanto vagos como o de "homem catarinense", sempre como algo nebuloso, difícil de ser examinado concretamente. "Ao se utilizar a idéia de povo brasileiro como expressão de uma unidade nacional abstrata ou como algo imediatamente palpável pela intuição, está-se passando por cima da realidade para se afirmar um valor absoluto, mitológico. É o estatuto jurídico de Brasileiro que prevalece sobre os brasileiros reais" (Renato Silveira — *Arte em Revista* nº 3). O mesmo pode-se dizer sobre Santa Catarina.

Para isto, verdadeiras fortunas são desperdiçadas em promoções que, apesar de rotuladas como tal, nada têm a ver com a cultura. Paralelamente, inicia-se um processo de burocratização da cultura, processo este que facilitará um controle maior das instituições oficiais sobre as atividades culturais, bem como uma delimitação do que deve ser aceito ou não como cultura catarinense. É o velho tabu de que o Povo é incapaz de decidir sobre as coisas que lhes dizem respeito, precisando, por isso, de que o governo decida em seu lugar. "Naturalmente eles sistematizam tudo direitinho e já entregam pronto pra gente" (idem). Mas "a vida", adverte Moacir Félix, "com suas tristezas, suas lutas, suas alegrias, não pode ser catalogada: o artista, intervindo nela, tem que ser sincero e refleti-la com todas as suas faces" (*Encontros com a Civilização Brasileira* nº 24).

Então não será difícil concluirmos pela existência de interesses escusos à cultura permeando aquelas propostas, bem como as atividades governamentais efetivamente desenvolvidas. Tais posições não conseguem distarçar, em última análise, a questão fundamental que é a abordagem cultural sob o ângulo da classe dominante. Tomemos como ilustração a associação que se faz entre o conceito de cultura e a questão racial. Há um entendimento generalizado de que a busca de nossa identidade implica necessariamente em desenterrar as manifestações culturais de nossos imigrantes, relacionadas às diferentes raças que compõem a geografia humana de Santa Catarina. Tal tendência conduz-nos imediatamente a uma associação com o fascismo que, como sabemos, historicamente sempre procurou utilizar a cultura como forma de demonstrar os valo-

res da raça. É por aí que se procura destacar a existência dos chamados "ilhamentos culturais" em nosso Estado, sendo os mesmos determinados segundo critérios raciais. Sinceramente não vejo a razão destes critérios. Dizer que Blumenau caracteriza-se pela cultura germânica, já não me parece tão tranqüilo assim. É inegável de que lá existam descendentes de alemães, mas são uma minoria, quase a rigor, na pequena e alta burguesias industrial e comercial, ou quando muito, em parte da zona agrícola da redondeza. A população operária, que constitui maioria, é duma diversidade étnica tão grande que será difícil fazer qualquer pretensão mapeamento. O mesmo se dá com Joinville. Com Florianópolis, no caso do elemento açoriano, se dá a mesma coisa. E assim por diante.

O que se percebe aí, então, é um esforço no sentido de ressaltar a superioridade dos valores culturais da classe dominante sobre os da classe dominada, fazendo-os passar por parâmetro identificador do conjunto da população. Tais valores nada mais são do que os valores europeus, representados aqui pela exaltação racial. Segundo Antônio Cândido, "nós sempre fomos um povo de cultura reflexa, porque nós adotamos padrões trazidos pelos nossos conquistadores" (Folhetim nº 68 07/05/78). É inegável a existência deles em nossa formação cultural, mas querê-los intatos é escamotear o principal, ou seja, a sua recriação ao contato com outras culturas, ao ponto de perder sua originalidade. E o que por acaso se mantém intato são redutos conservadores que certamente em nada contribuirão para caracterizar o "homem catarinense".

No fundo, o que está se querendo mesmo é folclorizar algumas manifestações culturais ligadas a estas raças e fazê-las passar por catarinense, dando-lhes a pecha de "identidade cultural". Neste sentido, é justo o desencanto do prof. Celestino Sachet: "fico triste quando vejo lá fora a imagem que fazem deste Estado: olhos azuis e verde vale" (O Estado — 24/08/80). Mas isto é o resultado óbvio de uma política que procura a todo custo cristalizar um conceito de cultura, numa tentativa de se evitar que as verdadeiras e autênticas manifestações culturais, aquelas que estão vivas, fervilhando em toda a população, sendo criadas e recriadas no dia-a-dia das pessoas, se manifestem. Não é outra a preocupação de Antero Nercolini, secretário de Estado da Educação, só para citar um exemplo. Segundo ele, "será que não há necessidade de se determinar primeiro o perfil do homem catarinense, para se criar uma imagem do homem deste Estado? (...) Poderíamos, através de uma identidade do homem catarinense, partirmos para a criação de uma cultura nossa, em que haja a cristalização do que é ser catarinense. (...) É criar uma consciência do que é ser catarinense e, a partir daí, cristalizar a nossa cultura, mediante uma motivação neste sentido" (O Estado, 24/08/80 — grifo meu: EV).

Temos aí o que vem a ser o perfil do "homem catarinense" que tanto se busca, bem como o tipo de cultura. O "homem catarinense" nada mais é do que um protótipo do "operário padrão", o "homem de mármore" de que tanto a classe dominante precisa para manter a classe operária na opressão. E cultura, aí, se traduz por uma cultura estática, cristalizada, melhor dizendo, petrificada, algo que a classe dominante cria e doa ao povo como sendo seu e que possa ser, então, reproduzido aos milhares, para a alegria da tribo e encanto dos turistas. Não é em

vão que a Cultura é tratada em pé de igualdade com o turismo, por uma mesma secretaria.

Entenda-se bem: compete tão-somente à classe dominante determinar o que vem a ser cultura catarinense, esse todo cristalizado que determina o que é "ser catarinense". E a partir do momento em que isto for efetivamente estabelecido, aí de quem ousar furgir desse padrão, porque corre o risco de ser taxado de anti-catarinense (ou anti-patriota, subversivo, e tudo quanto é rótulo usado para abafar as manifestações populares), correndo o risco de pagar caro pela ousadia. É desta forma que "a arte desempenha um papel na defesa dos interesses da burguesia" (Mário Pedrosa — *Arte em Revista* n.º 3).

Cultura e Poder

Estas considerações tendem a desembocar, como já ficou patente em mais de um lugar, na discussão, já muitas vezes referida por mais de um intelectual, da relação entre cultura e poder. E ela tem sido colocada normalmente em termos de que quanto mais concentrado for o poder de decisão, menos a cultura se desenvolve sob o amparo das instituições. Quando se desenvolve, isto se dá de maneira manipulada, servindo a interesses escusos à própria cultura, e de forma tascistizada, o que não corresponde à peculiaridade mesma do fenômeno cultural.

Só assim torna-se possível converter uma política cultural em ganho político-eleitoral imediato, do qual esta minoria é beneficiária. Vem daí o estabelecimento de determinadas prioridades, buscando-se sempre privilegiar aquelas promoções tipo apelativas e que se prestam facilmente à manipulação de grandes massas. Só desta forma é possível entendermos porque se prefere patrocinar a vinda de artistas de telenovela, de colonistas sociais de renome no eixo Rio-São Paulo, etc., em detrimento dos artistas locais. "Eu mesma já ouvi: 'teatro não dá voto'. Uma pena é que estes senhores eleitoráveis só observem um lado da moeda, e como no senadinho a pauta é a eleição vindoura, eis a própria citada neste texto" (Carmem Fossari — Programa de peça "A Longa Noite de Cristal" — Fpolis, setembro/81).

A razão disto tudo é muito simples: quanto mais as decisões na área cultural dependerem de um menor número de pessoas, tanto maiores as possibilidades de haver uma política cultural que dependa tão-somente da visão que estas pessoas tenham da mesma e que venha ao encontro de seus interesses pessoais mais imediatos. E "esta chamada elite é quase sempre de um primarismo assustador em matéria de cultura" (Antônio Cândido — *Encontros com a Civilização Brasileira* n.º 27). É o caso típico, por exemplo, do Prof. Mario Moraes, ex-secretário de Estado da Educação, que "proibiu a distribuição de livros por achar que as obras para serem publicadas deveriam ser autorizadas por ele", segundo depoimento do escritor e ex-presidente da ACL, Theobaldo da Costa Jamundá (*O Estado*, 24/08/80). Casos como estes se repetem em todos os níveis de poder e traduzem uma característica da relação que se quer estabelecer entre poder e cultura.

"A cultura, aliás, na medida em que, fiel à sua natureza, significa a luta pela justiça e humanismo e, portanto, a luta contra a opressão, passa a ser desinteressante para as pessoas beneficiadas com o 'status quo', a classe dominante" (Alcides Buss — *Cordão Folha* nº 1). Agora, é preciso também ver que esta relação de incompatibilidade entre cultura e poder vai-se repetir tal e qual em todos os níveis e segmentos da sociedade, aonde quer que haja alguma instituição interessada em "promover" a cultura.

E é justamente na medida em que a autêntica cultura não interessa para a classe dominante, que esta classe precisa controlá-la com todas as suas forças. Daí a razão de existirem o Ministério e as secretarias Estadual e Municipal de Cultura, com os seus respectivos Conselhos de Cultura. Estes são geralmente formados por alguns intelectuais que dão legitimidade ao poder constituído e se beneficiam dele.

Este é, então, o grande dilema de nossa classe dominante: encontrar logo um conceito de cultura e um homem que nos personifique, ou permitir que a cultura se manifeste espontaneamente nas suas múltiplas facetas. Mas a classe dominante não pode se dar ao luxo de permitir que isto ocorra. É imprescindível para ela estabelecer o protótipo, estereotipar a cultura, a fim de que possa ter as rédeas nas mãos e dirigir tudo visando seu próprio benefício.

Sobre Concursos Literários

A busca do padrão cultural como característica básica da política oficial é que determina o tipo de promoção levada a efeito não só pelo governo do Estado, mas pelas prefeituras municipais, universidades e entidades autônomas de diversas naturezas. Decorre daí a preferência pela realização de concursos, maratonas, gincanas, ou coisas do gênero, nada além disto. Onde quer que se pense em promoção cultural, mesmo aquelas inseridas num contexto mais amplo, de afirmação da identidade cultural catarinense, o concurso é a forma de atividade que prevalece.

Vários são os eventos que podemos registrar anualmente neste sentido. Cito apenas alguns à guisa de ilustração, mesmo porque sei que cometeria vários injustiças se intentasse enumerar a todos. São eles: "Maratona Cultural A Escola Participa", "Concurso Estadual de Dramaturgia", "Concurso Permanente Boi de Mamão", "Concurso Literário Luís Delfino", "Concurso Literário Virgílio Várzea", "Concurso de Contos da FURB", "Concurso Literário da UFSC", e o agora tão propalado "Concurso Nacional de Poesia — Prêmio Cruz e Sousa", entre tantos outros.

O que importa aqui não é tanto o aspecto quantitativo da questão, mas sim averiguar o significado destas promoções dentro do contexto da cultura catarinense. Aliás, os governos em seus diversos níveis, têm-se arrogado em benfeitores da cultura, justificando sempre essa auto-atribuição pelo número de eventos que têm patrocinado. E quanto maior for este evento, maiores as razões para se julgarem os "pais" da cultura. Neste particular, o "Concurso Nacional de Poesia —

Prêmio Cruz e Sousa" serve de parâmetro. Sobre ele gostaria de ater-me um pouco mais detalhadamente, por entender que seja um caso paradigmático a tudo quanto se entende por promoção da cultura em nosso Estado.

O concurso fora instituído em 1980/81 devendo ser reeditado em 1982 pelo que já foi amplamente divulgado. Sua instituição visa basicamente "homenagear o poeta catarinense e incentivar a produção cultural do país" (*Boi de Mamão* nº 3). Ledo engano. Num objetivo aparentemente nobre e alvissareiro como este, é fácil detectar dois grandes equívocos, além de uma flagrante contradição que, juntos, só fazem por diminuir a cultura como tal, especialmente a literária.

Comencemos pelos equívocos. O primeiro deles refere-se à suposta homenagem prestada ao poeta catarinense, o grande simbolista Cruz e Sousa. Todos nós sabemos o quanto vale esse tipo de homenagem, da qual o poeta não tira nenhum proveito, porque já se foi há muito tempo. Tal homenagem, se feita enquanto ele era vivo, talvez tivesse amenizado um pouco sua vida. Pouparia-lhe a humilhação de andar pedindo favores aos amigos, tomando dinheiro emprestado para manter-se vivo, etc. "Mas não podemos nos penitenciar pelo erro dos outros, nossos antepassados", poderão argumentar todos quantos estiveram envolvidos na promoção do concurso-homenagem. E quantos Cruz e Sousa não estarão recebendo homenagem daqui a cem anos, ou mais, como forma de compensar o não reconhecimento de hoje? Difícil saber, porque nunca se faz nada em prol do poeta vivo, só ao morrer é que tornam-se grandes e, até, imortais. Vede os exemplos de Vinícius de Moraes, Cartola, Glatuber Rocha, etc. etc. etc. . . . Não se homenageia alguém prejudicando a outros, seus pares.

"Mas o concurso visava justamente incentivar a produção cultural atual", argumentarão ainda. E foi com este intuito que "Santa Catarina fez uma das maiores festas literárias do ano!" (CTC — *Leia Livros* nº 37). Aí é que vem o segundo grande equívoco. Sob o pretexto de incentivar a produção cultural, os concursos em geral e o "Cruz e Sousa" em particular nada mais fazem do que enterrar a produção cultural viva no país. Explico-me melhor. É pressuposto básico de qualquer concurso a premiação de um dos concorrentes, julgado "o melhor" dentre todos. Primeiro, que o conceito de melhor é muito relativo. Depende do ponto de vista de quem recebe a incumbência de julgar os trabalhos concorrentes, mas, sobretudo, depende de quem promove e/ou organiza o concurso, a quem compete estabelecer as normas e apontar os juizes. Procedendo assim, é perfeitamente possível determinar de antemão o tipo de trabalho que se vai premiar, orientando todo o concurso para um fim que se quer atingir. Ou não? Duvido muito da "imparcialidade" das comissões julgadoras para ter qualquer hesitação a este respeito.

No caso do "Cruz e Sousa" é a própria comissão julgadora quem o atesta, através de um de seus membros, o poeta Armindo Trevisan que, em nome dos demais, assim discursou no dia da entrega dos prêmios: "a quantidade de obras, inscritas no concurso, respaldava-se na qualidade dos textos, razão pela qual foi difícil escolher os melhores" (*O Estado*, 13/06/81). E por que haveria de ter melhores? Se todos, ou pelo menos muitos, são bons poetas, por que haveria de ter

melhores? Os melhores, no caso, serão sempre melhores sob o ponto de vista da classe dominante, que necessita determinar o parâmetro a ser seguido por todos. O parâmetro para Santa Catarina é definido pelo próprio vencedor da categoria estadual do concurso, Osmar Pisani: "há poetas elitistas e eu pertença a esta linha. Eu jamais posso fazer poemas com função social, porque eu não vivo lá embaixo. O meu poema é o mais fechado. (...) Eu vejo a literatura sem nenhuma função a não ser a de preservar-se a si mesma. Encaro a poesia como uma forma de preservação dela mesma" (*O Estado*, 14/06/81).

Aos demais poetas restam duas saídas: ou copiar o modelo e alcançar o prêmio, a glória; ou então sujeitar-se a ver seus poemas sendo incinerados junto com todos os outros que não estavam de acordo com o ponto de vista de quem premiou. No caso específico do "Cruz e Sousa", foram incinerados 2.300 livros de poesia, ou quando muito, voltaram para as gavetas de seus autores. Aí já não é mais possível falar em incentivo à produção cultural. Antes pelo contrário, apenas aguça-se o sentido da competitividade, peculiar à sociedade capitalista, e alimenta-se a ilusão da possibilidade da glória.

Revela-se aí, inclusive, um aspecto extremamente reacionário deste tipo de promoção, qual seja, o de reafirmar os valores do individualismo. É curioso observar, neste sentido, que os grandes movimentos literários do nosso século, aqueles que efetivamente fizeram a História recente da Literatura Brasileira, partiram da atuação de grupos, portanto, do trabalho coletivo e da luta desses grupos. Mesmo que este seja um dado já incorporado à nossa História, o "Cruz e Sousa" só fez por negá-lo na prática, numa demonstração de que seus promotores não assimilaram ainda as novas experiências no campo da produção cultural.

Nada mais sintomático desta situação do que as palavras de Barbosa Lessa, secretário de Cultura do Rio Grande do Sul, um dos convidados à festa de entrega do prêmio "Cruz e Sousa". No meio de um debate, quando se reclamou do não aproveitamento de todo o potencial humano e cultural concentrado naquele momento em Florianópolis, Barbosa Lessa deu o tom da verdade: "nós temos que concentrar a nossa atenção nos vencedores. Eu acho que, se começarmos a fazer uma série de eventos paralelos vai terminar esvaziando o grande sentido que é o de homenagear os poetas" (*O Estado*, 14/06/81). Traduzindo em miúdos: põe-se pano-frio sobre todos os outros 2.300 participantes, apaga-se os refletores de sobre as estrelas que participavam da festa e concentra-se toda a atenção sobre os vencedores para que todos saibam o que é ser poeta e o que é a poesia que deve prevalecer. Em vista disto, fica insustentável o argumento de que os concursos incentivam a produção cultural.

O mais lamentável não é ver que os governos, muitas vezes os mais corruptos, valem-se dos concursos para se promoverem. O lamentável mesmo é ver que a única coisa que se faz de mais significativo na área cultural fica sempre ao nível da sua realização. Quantos poetas (ou artistas) poderiam ser promovidos com o dinheiro gasto na promoção de um único, considerado "o melhor"? Para o "Cruz e Sousa", por exemplo, falou-se em 8 e até 30 milhões gastos na sua realização. Oficialmente é desconhecida a quantia gasta. "O dinheiro gasto em publicidade,

viagens, e nos prêmios em si, daria para publicar dezenas de trabalhos de poetas catarinenses, que, inclusive, têm dificuldade para sobreviver. Assim, a identidade cultural catarinense seria demarcada e não através de um concurso" (Jairo Schmidt — *O Estado*, 21/06/81).

Para que isto acontecesse bastaria que os nossos governantes deixassem de lado sua vocação megalomaniaca e, com humildade, mas nobremente, desse a cada poeta, um a um, uma pequena chance de poderem submeter seu trabalho ao crivo do público, este sim, a única comissão julgadora com competência para decidir pelo que lhe é ou não interessante. E não seria só o caso dos poetas — falo deles de maneira específica, como exemplo —, mas o mesmo se daria com todos os artistas, inclusive deixando que eles próprios decidissem qual a melhor forma de fazer seus trabalhos cheguem ao público, tanto individualmente como organizadamente, em grupos. Os resultados de uma política assim concebida não seriam imediatos, para as próximas eleições, mas a longo prazo. Mas seriam certamente bem mais compensadores.

Aí é que vem a grande contradição de que falei no início. Pensando incentivar a produção cultural e homenagear o grande poeta do passado, o governo acaba é incinerando a produção cultural, enterrando-a mesmo, matando os valores que podem, muitas vezes, ser maiores até que o poeta homenageado. Ao cabo, a homenagem prestada acaba diminuída, porque o grande homenageado não é o poeta que dá nome ao concurso, mas o vencedor do mesmo. Ademais, a única homenagem que, acredito, agradaria profundamente a qualquer poeta, é ver que, em seu nome, são oferecidas oportunidades para que todos realizem efetivamente sua obra. E qualquer obra, como todos nós sabemos, só se realiza no leitor, no seu contato com o público.

Cultura e Educação

Inserida dentro deste contexto político de busca de uma identidade catarinense está a escola, incluindo a Universidade. Vários têm sido as promoções que visam a envolver diretamente a escola, principalmente as de 2º grau. Pode ser citada especificamente a maratona "A Escola Participa" como um caso característico. O objetivo expresso é o de levar os estudantes a conhecerem os escritores catarinenses e, conseqüentemente, descobrirem sua identidade cultural.

Na verdade, este tipo de promoção atende a um tipo de pressão que parte dos escritores, os quais reivindicam a sua inclusão nos currículos escolares. O mesmo tipo de pressão sofre a Universidade, tendo, inclusive, cedido a ela e adotado os escritores catarinenses, principalmente nos vestibulares. Desprezá-los nos currículos de Letras, por exemplo, onde o senso crítico está bem mais desenvolvido, considero uma falta imperdoável, desde que sirvam de objeto de estudo e crítica, e com a possibilidade de serem postos de lado quando não contribuírem para o aprofundamento deste senso crítico. Agora, adotá-lo nos currículos de 1º e 2º graus e nos vestibulares, da forma como vem sendo feita ou está sendo proposta, sinceramente, considero uma coação da pior espécie, pela qual, muitas vezes,

nossos escritores tornam-se os responsáveis diretos. Coação, aliás, que, na maioria dos casos, visa apenas ao interesse comercial dos editores, e para isso encontram a convivência fácil dos órgãos governamentais ligados à educação.

Não é que não se deva permitir a entrada do escritor catarinense nas escolas, mas para isso existem várias formas. Uma delas, talvez a mais importante, seria a do próprio escritor ir conversar com os alunos, dar palestras sobre literatura e sobre sua obra, vender seus livros abertamente, ou simplesmente propagandear-los.

Contudo, há de se considerar aqui os dois lados da moeda. De um lado, não podemos negar em absoluto o direito dos escritores reivindicarem sua inclusão nos currículos. Afinal, a escola tem servido sempre como reprodutora de uma cultura alheia ao estudante, porque desvinculada de sua realidade social, pode servir muito bem, agora, para reproduzir uma cultura mais nossa. Mas é preciso não esquecer o risco de cairmos num extremo oposto, em que vai-se considerar bom e autêntico apenas o que é nosso e porque é nosso. Se isto ocorrer, não tenhamos dúvida de que estamos, a pretexto de preservar nossa identidade, causando aos estudantes os mesmos malefícios que uma cultura enlatada e massificadora causaria. Não nos deixemos levar pela idéia simplista de que o que é nosso é bom, mereça ser prestigiado, em detrimento do que vem de fora. Uma arte elitista produzida em Santa Catarina será alienante tanto quanto uma arte elitista vinda de outros estados ou do exterior. Seu divórcio com a realidade social do estudante será o mesmo.

O problema adquire maior amplitude em se tratando da Universidade. A universidade pode e deve pensar sobre as questões culturais da sociedade que a circunda, mas não pode ater-se somente a elas, sob pena de reduzir sua capacidade crítica a níveis por demais estreitos. "Há uma tendência aqui na Universidade de Santa Catarina de reduzir o campo de atuação da inquietação universitária, tornando-o provinciano, municipal e, talvez seria o ótimo, distrital" (Eglê Malheiros — *Boi de Mamão* nº 2, julho/80). Por outro lado, não lhe cabe somente o papel de depositária da cultura.

Acho que é chegado o momento de pensarmos na escola, e penso aqui particularmente na Universidade, não apenas como um centro consumidor de cultura, mas como um momento propício ao florescimento da criatividade. Dadas as suas características, a Universidade se constitui num centro por onde passam anualmente milhares de estudantes, todos ávidos de saber e, no mais das vezes, com uma incalculável capacidade de duvidar de tudo o que se lhe aparece pela frente, mas, sobretudo, portadores de um grande poder de criatividade.

Esta capacidade criativa, inerente à juventude em geral, no universitário desemboca quase sempre para o terreno literário. Acho difícil, senão quase impossível, encontrarmos um universitário que não tenha ensaiado seu poema, quando não enchido cadernos com eles. Se analisarmos estes poemas sob o ponto de vista literário, estritamente estético, dificilmente acharemos coisa de valor. Mas se abandonarmos esta posição acadêmica da literatura, vamos encontrar nestes poemas muito conteúdo poético verdadeiramente original e que está apenas carecendo de um tratamento formal adequado. Quem estudou um pouco de

estética sabe muito bem que é o aspecto formal o mais difícil e que depende de um aprendizado.

Aí eu fico pensando no enorme serviço que a universidade poderia prestar à cultura, criando condições para que estes valores que se perdem definitivamente em seu seio, abortados que são pela ciência acadêmica, pudessem se desenvolver adequadamente. É sintomática, neste sentido, a denúncia da professora Ana Mae Barbosa, da Escola de Comunicações e Artes da USP: "a Universidade Brasileira acolhe maternalmente as artes, mas não dá condições para que elas se desenvolvam" (*Folha de S. Paulo*, 29/03/81).

Quando falo em condições, não penso absolutamente na inclusão de disciplinas afins nos currículos, o que certamente contraria estes valores, mas na criação de um espaço cultural onde a livre manifestação e a divulgação ampla da produção cultural gerada pelos universitários acabassem por criar um clima de debate e, ao mesmo tempo, de consumo da poesia e demais formas de arte. E isto seria possível sem maiores recursos e com algumas medidas extremamente simples. Entre elas a mais importante, talvez, seja o incentivo à formação de grupos que debatesses livremente as questões culturais de interesse comum, mas que fizessem, sobretudo, com que a produção artística de seus membros circulasse pelo campus. Somente este tipo de atividade, se coordenada adequadamente, seria capaz de manter ativamente produtivas e participando do processo cultural todas as pessoas diretamente interessadas em criar artisticamente. O concurso literário do ano passado, por exemplo, revelou a existência de 150 estudantes na UFSC interessados em literatura. Isto sem contar os tantos que, por qualquer razão, preferem o anonimato absoluto.

Mas ao invés disto, a UFSC prefere patrocinar as formas tradicionais de incentivo cultural, quais sejam, os concursos, a edição de livros ou revistas com os vencedores do concurso que, na maioria das vezes, permanecem estocadas na Imprensa Universitária. Já deixamos bem claro em outros lugares a inutilidade de um tipo de promoção com estas características.

Busca da Identidade

Finalmente, é preciso dizer da importância de buscarmos nossa identidade cultural, sendo esta entendida como auto-conhecimento e não como fabricação artificial. Já ficou claro que não concordamos com os meios até aqui utilizados nesta busca, estando evidente a necessidade de traçarmos uma nova política cultural, que seja compatível com as aspirações da comunidade catarinense. Porém, como está fora de minha competência fazê-lo, pretendo levantar e discutir apenas alguns de seus aspectos, sem jamais fixar nenhuma regra definitiva.

O primeiro pressuposto é o de que esta identidade não precisa ser criada, mas simplesmente identificada, tornada explícita, já que ela é uma coisa que existe na realidade. Ela existe porque a cultura, entendida em seu sentido amplo, é algo de muito vivo dentro de qualquer comunidade, quer seus governantes queiram ou não. "Eu acho que já é tempo de notarmos que a cultura, as atividades do espírito,

não pairam no ar, desligadas da vida material dos homens. A cultura é uma superestrutura, com suas leis próprias, mas muito intimamente ligada a interesses mais concretos" (Eglê Malheiros — *Boi de Mamão* n.º 2). Creio que a população vive um constante processo de criação cultural e essa cultura vem a constituir sua marca diferenciadora de outras populações, portanto, sua identidade.

O reconhecimento desta identidade, portanto, vai depender do fato de estarmos ou não abertos ao reconhecimento das mais diversas manifestações populares como sendo manifestações culturais. Até aqui a classe dirigente não conseguiu identificar qual a identidade cultural de nosso Estado justamente porque não reconhece a cultura popular como verdadeira cultura, devido ao fato de eleger como cultura apenas a cultura erudita. Esse divórcio é agravado pela falta de legitimidade do governo. Por isso, a atuação governamental até aqui desenvolvida teve algum sentido apenas como busca de uma legitimidade popular que não possuía. Mas isto tem sido feito sempre de maneira paternalista. Agora, a cultura sendo viva, sobrevive apesar dos governos, independente de seu paternalismo ou não, só que resulta em alguns casos entraquecida, quando não, totalmente estereotipada.

Mas é preciso ver que nas sociedades capitalistas, onde o fetiche do dinheiro tende a atingir também o âmbito da arte, tem sido difícil haver um florescimento cultural independente da atuação do Estado. Mas "há uma grande diferença entre paternalismo de governo e um apoio e incentivo a tudo isso, pois isto não é mais que a sua obrigação, porque ele está investindo o dinheiro do povo", nos diz Salim Miguel, e acrescenta: "o governo que manipula o dinheiro do povo, ao incentivar a cultura não está fazendo mais que a obrigação" (*O Estado*, 24/08/80)

Então temos que deixar bem claro esta distinção entre paternalismo do governo e programa de incentivo à produção cultural. A nossa cultura tem sofrido o mais detestável abandono justamente como decorrência do tratamento dado pelo governo sempre de forma paternalista. "Na prática sabe-se que o paternalismo governamental implica necessariamente uma orientação, isto é, uma restrição à livre atividade artística segundo os critérios das autoridades estabelecidas" (Renato Silveira — *Arte em Revista* n.º 3).

"No seu órgão de administração da cultura", diz Ricardo Hoffmann, "o poder deve ter a função de propiciar recursos para desenvolver os meios de comunicação mais fortes possíveis para haver o processo cultural" (*O Estado*, 24/08/80). Em contrapartida, o trabalho de atuação dos produtores culturais "exige ser feito através das entidades profissionais e organismos representativos dos diferentes setores intelectuais. Dependendo da orientação desses organismos e do respaldo que tenham no seio da categoria, podem eles desempenhar papel significativo em defesa do trabalho cultural e da liberdade de expressão" (Ferreira Gullar — *Veja* n.º 551, 28/03/79). Então será o conjunto de pessoas ou grupos, ou até mesmo entidades, que estão diretamente ligados à produção cultural propriamente dita que, de forma organizada vão elaborar uma política de aplicação desse dinheiro e indicar as pessoas que irão executá-la.

Isto será possível na medida em que houver efetivamente uma democratização do poder de decisão na área cultural. E não só nesta área, mas que haja também uma democratização de toda a sociedade. "O processo que eu considero de ampliação do debate cultural", diz Eglê Malheiros, "é principalmente uma consolidação das liberdades democráticas e será essa consolidação das liberdades democráticas junto com a consciência de que nós temos segmentos importantíssimos da sociedade brasileira que não podem se expressar e quando se expressam têm sua voz abafada, que irá ampliar o caldo de cultura para que coisas novas surjam". Porque "só poderá haver realmente um florescimento cultural ... quando as pessoas puderem livremente se organizar, debater trocar idéias, sem se preocuparem com as conseqüências extraculturais que essas coisas possam ter" (*Boi de Mamão* nº 2).

Para que se atinja este objetivo, Carlos Guilherme Mota diz que "é preciso começar a trabalhar as diferenças, a discutir não os eventos e as manifestações de cultura, mas as condições de produção cultural, sem qualificações preliminares que estabeleçam o que é cultura 'popular', o que é cultura 'erudita', o que é isso ou aquilo. Há que se dinamizar não só um conceito de cultura, mas vários conceitos, que sejam expressões das diversas classes sociais em suas harmonizações e, sobretudo, em seus conflitos que derivam, muitos deles, dessa trágica situação social brasileira" (*Folha de S. Paulo*, 22/09/71).

Só assim entendo ser possível chegarmos a um estado desejável em que haja efetivamente um processo de livre criação artística e ampla manifestação cultural. Aí, sim, poderemos falar numa identidade cultural catarinense, que não seja a mera invenção de um grupo restrito de pessoas, de uns poucos governantes e/ou de uns poucos intelectuais que vegetam à sua volta, mas como algo pujante, criado pelo conjunto da população.